



Recebido em: 25 de nov. 2024 | Aprovado em: 17 dez. 2024
| Publicado em: 20 de dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36p72

A experiência da comunicação acessível na troca de conhecimento entre o cientista e a população: elaboração da Cartilha para as pré-conferências da habitação de interesse social

The experience of accessible communication in the exchange of knowledge between scientists and the population: preparation of the Booklet for pre-conferences on social housing

Sandra Maria Almeida Cordeiro¹

Ideni Terezinha Antonello²

José Rafael Vilela da Silva³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compartilhar a experiência da elaboração da cartilha “LONDRINA: um novo olhar para a habitação de interesse social”, com foco no seu alcance e potencial, bem como visa divulgar o material que foi produzido, tendo como base a experiência de comunicação entre um grupo de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina e a comunidade na realização das pré-conferências e da 6ª Conferência da Habitação de Londrina – Paraná, em 2023. Com uma abordagem metodológica qualitativa, balizada nos pressupostos da investigação-ação-participativa. Assim, a elaboração da cartilha, seguiu a linha de uma “comunicação popular”, mas aqui foi designada como

¹Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

²Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professora em Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

³Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

comunicação simples, visando contribuir para a mobilização social em prol de se efetivar o direto a uma moradia digna. Concluiu-se que a participação social passa a assumir um caráter democrático quando se vincula às formas participativas colocadas em práticas.

Palavras-chave: Comunicação Popular; Participação Social; Pré-Conferências Habitação Social.

ABSTRACT

This article aims to share the experience of developing the booklet “LONDRINA: A New Perspective on Social Housing”, focusing on its scope and potential, as well as to disseminate the material that was produced. It is based on the experience of communication between a research group of the State University of Londrina and the community in the holding of the Pre-Conferences and the 6th Housing Conference of Londrina – Paraná, in 2023. The study adopts a qualitative methodological approach, grounded in the principles of participatory action research. Thus, the development of the booklet followed the concept of “popular communication,” which in this context is referred to as simple communication, aiming to contribute to social mobilization in support of the right to dignified housing. It is concluded that social participation to assume a democratic character is closely linked to the participatory forms put into practice.

Keywords: Popular Communication; Social Participation; Pre-Conferences Social Housing.

1. INTRODUÇÃO

A questão da habitação de interesse social em Londrina tem sido marcada, historicamente, pela ausência de uma política pública voltada para a população de baixa renda. Segundo informações contidas no diagnóstico retratado no Plano Local de Habitação de Interesse Social/PLHIS (2011), no período de 1993 a 1997, houve um processo participativo da população por meio da realização de duas conferências municipais, o que culminou na criação e instituição do Conselho Municipal da Habitação, esses foram os momentos nos quais esta questão foi abordada de modo sistemático. A partir desse período até o ano de 2023 foram realizadas seis

conferências e diversas pré-conferências, as quais são eventos preparatórios para a conferência principal.

A experiência recente do CMHL na sua sexta edição da Conferência realizou oito encontros das pré-conferências, evidenciando um grande número de moradores das ocupações irregulares, sendo esses os protagonistas desses encontros. Analisando o contexto do número de ocupações em Londrina e os conflitos que têm sido vivenciados entre poder público e moradores, definiu-se pela realização de três pré-conferências nos territórios de ocupações irregulares.

Para realização desses encontros (Pré e Conferência) docentes e discentes de Projetos de Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina, que investigam a questão da moradia, organizaram uma cartilha para subsidiar e auxiliar nas reflexões e discussões dos eixos que nortearam os encontros. O processo de elaboração da cartilha se pautou em como criar condições para que houvesse uma participação efetiva dos moradores das ocupações irregulares, impulsionando as discussões e reflexões sobre a problemática habitacional a partir do cotidiano desses moradores. Destaca-se a importância da participação popular nesses espaços e o papel da comunicação e da informação para atingir objetivos na construção da política de habitação de interesse social, grande desafio para essa concretização.

Este artigo tem como objetivo compartilhar a experiência da elaboração da cartilha “LONDRINA: um novo olhar para a habitação de interesse social” (2023), com foco no seu alcance e potencial, bem como visa divulgar o material que foi produzido, tendo como base a experiência de comunicação entre um grupo de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina e a comunidade na realização das pré-conferências e a 6ª Conferência Municipal da Habitação de Londrina – Paraná.

2. A COMUNICAÇÃO SIMPLES COMO BASE SUSTENTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Avritzer (2008), destaca que vivenciamos uma explosão de experiências participativas a partir da redemocratização e da Constituição de 1988. Sendo que diversas formas de participação social foram institucionalizadas. A exemplo o orçamento participativo, conselhos, conferências, planos diretores e audiências públicas são algumas das diversas modalidades de participação que fazem parte das instituições participativa.

Os conselhos são espaços institucionalizados que segundo Diegues (2013) oportunizam aos cidadãos, a integração e participação no processo de planejamento, formulação e controle das políticas públicas, propiciando dessa forma uma alocação mais justa e eficiente dos recursos públicos. As conferências constituem a oportunidade de participação e pactuação política ao construir um espaço para a sociedade compartilhar a elaboração e avaliação das políticas públicas e de sua implementação.

Souza (2012) destaca que as conferências podem ser convocadas para a formulação de propostas de políticas públicas, e assim foi definido para a 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina, momentos para refletir e pensar na construção de uma política pública de habitação para Londrina, propondo a realização de cinco encontros preparatórios antes da Conferência. Tendo por base essa organização dos encontros, os pesquisadores iniciaram uma discussão partindo do seguinte questionamento: até que ponto esses espaços representariam a população alvo para qual a política pública estaria sendo pensada? Muitos foram os desafios de se pensar nesses pré-encontros, foi então que se assumiu a coordenação

trazendo para a academia essa responsabilidade por meio de Projetos de Pesquisas⁴ coordenados por docentes da Universidade Estadual de Londrina.

A partir daí, que se decidiu pela realização de mais três pré-conferências nos territórios das ocupações irregulares de Londrina, apoiado nessa proposta voltou-se para academia para discutir e refletir sobre as estratégias para essa realização. Inicialmente, entre docentes e discentes, elaborou-se a proposta das pré-conferências, construindo a metodologia, incluindo a criação de uma cartilha que subsidiaria as discussões.

A 6^a Conferência Municipal de Habitação de Londrina, realizada em outubro de 2023, reconhecia que o pleno exercício do direito à habitação implicava em garantir a informação e a participação popular para assegurar o sucesso das propostas elencadas que impulsionariam as ações para os próximos quatro anos na construção de uma política pública de habitação de interesse social, no município de Londrina.

A participação pressupõe envolvimento direto, amplo e sustentado dos cidadãos nas questões públicas. Formas de ação e comunicação diferentes devem servir como facilitadores uns para os outros, possibilitando as informações necessárias acerca da política pública em questão. Nessa perspectiva, o processo de elaboração da cartilha se pautou em criar condições para fomentar a participação social de forma autêntica, visando adentrar na problemática habitacional a partir que quem vivência no seu cotidiano a ausência de uma moradia digna e, consequentemente os demais direitos, uma vez que o direito à moradia ao ser atendido desdobra-se no acesso aos demais como: à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho, tendo em vista que a família que não tiver uma moradia

⁴1. Projeto 13408 - Direito à Cidade; Habitação Social; Monitoramento e Avaliação de Políticas Territoriais Urbano/Rural em Países Da América Latina – coordenadora Profa. Dra. Sandra Maria Almeida Cordeiro e discentes de graduação e pós-graduação do Serviço Social.

2. Projeto 13629 - Atlas dos Territórios Vulneráveis: As Ocupações Irregulares de Londrina/Paraná – coordenado pela Profa. Dra. Ideni Terezinha Antonello e discentes de graduação e pós-graduação da Geografia.

adequada fica exposto à vulnerabilidade ambiental e socioeconômica, sofrendo diretamente a segregação socioterritorial mediante a negação ao direito à cidade.

Exatamente essa população que vivencia no seu dia a dia a violação do direito à moradia digna, que ataca a própria concretização da dignidade da pessoa humana, no momento que uma habitação é a base para que os outros direitos fundamentais sejam efetivados, conforme previsto na Constituição Federal (1988) e alerta de Barbosa “[...] verificando-se a necessidade de priorização da política habitacional como forma de garantir a dignidade da pessoa humana” (Barbosa, 2012, p. 142). Dessa forma, a dignidade dos sujeitos sociais se assenta no direito à cidade, o qual se alicerça em uma moradia digna, bem como no direito com a participação nas decisões e elaborações das políticas públicas, portanto, a realização das pré-conferências da habitação de interesse social em Londrina, teve em sua essência promover a participação social mediante uma comunicação simples e acessível à população.

Nessa perspectiva o desenvolvimento da pesquisa e a elaboração da cartilha pautou-se na metodologia da Investigação – Ação - Participativa – IAP; defendida por Orlando Fals Borda (1981, 1999, 2015), e nos seus pressupostos, a qual não se aplica exclusivamente para pesquisa científica, mas pelo contrário pode ser utilizada em intervenções de movimentos sociais junto às comunidades, já que o princípio que sustenta a postura do autor é o movimento em prol do diálogo entre saberes, visando com a troca de conhecimento entre técnico (cientista) e o popular, para se caminhar no sentido de vê-los “[...] ambos como seres ‘sentipensantes’, cuyos diversos puntos de vista sobre la vida em común debían tomarse en cuenta conjuntamente” (Fals Borda, 1999, p. 80).

Neste sentido, propõe-se uma relação simétrica que subentende respeito e apreço mútuo, sobressaindo à valorização do saber popular. Pois, a pesquisa ação defende o empoderamento das comunidades, para agir e participar nos espaços democráticos, como as pré-conferência e conferência no caso desta análise da

habitação, com o intuito de terem efetivada as suas cidadanias na luta para transformar seus territórios. Mas, é necessário embasar a população mais vulnerável por meio da troca de conhecimentos. Segundo Fals Borda:

[...] llegamos a declarar que las gentes del común merecen conocer más sobre sus propias condiciones vitales para defender sus intereses, que aquellas otras clases sociales que han monopolizado el saber, los recursos, las técnicas y el poder mismo, es decir, que debemos prestar a la producción del conocimiento tanta o más atención que a la producción material. Así podíamos inclinar la balanza en pro de la justicia para los grupos desprotegidos de la sociedad (Fals Borda, 1999, p. 78).

Tendo em vista esse princípio que se elaborou a presente cartilha, que seguiu a linha de uma “comunicação popular”, que conforme Peruzzo (2009, p. 47) foi designada de “[...] alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos”. Entretanto, o foco não é uma definição conceitual de “comunicação popular”, por isso optou-se por falar de comunicação simples, mas o objetivo da cartilha teve o viés de contribuir no sentido político desta forma de comunicação, pois corresponde a uma forma de se manifestar de uma parcela empobrecida da população do “[...] mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social” (Peruzzo, 2009, p. 47). Portanto, a linha da cartilha foi contribuir para essa mobilização social em prol de se efetivar o direito a uma moradia digna. É interessante colocar que autora salienta que “[...] desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão comunicação comunitária para designar este mesmo tipo de comunicação, ou seja, seu sentido menos politizado” (Peruzzo, 2009, p. 47).

Nesse sentido, a direção que orientou a equipe a pensar e elaborar a cartilha foi atuar como “el comunicador popular”, como preconiza Kaplún (1985), ao colocar que é fundamental sobrepor a comunicação na acepção que a reduz a simples

transmissão de informação, na qual a sociedade é manipulada pelo poder; no momento que poucos são os emissores e a maioria receptores (sociedade passiva), para uma comunicação assentada em uma sociedade construída mediante uma comunidade democrática (sociedade ativa), na figura 1 é possível observar as diferenças entre ambas práticas de comunicação.

Figura 1 – Diferenças entre a comunicação dominadora e a democrática

COMUNICACION DOMINADORA	COMUNICACION DEMOCRATICA
=Monólogo	= Diálogo
=Poder	=Comunidad
Vertical	= Horizontal
Unidireccional	De doble vía
Monopolizada	Participativa
Concentrada en minorías	Al servicio de las mayorías

Fonte: Kaplún (1985, p. 67).

Considerou-se essencial trilhar caminhos para concretizar a comunicação democrática, para que se pudesse consolidar um diálogo mediante a interação entre os saberes: o popular e técnicos. Visando proporcionar uma participação social autêntica na elaboração de políticas públicas voltadas para a maioria da população e não concentrada em uma parcela, que tem o poder da comunicação, no caso se apropria da comunicação para exercer o poder, mediante comunicação manipuladora. Pautou-se no pressuposto de que a população não quer mais se sujeitar a essa dominação e luta para sair da tutela imposta por essa comunicação que não visa o diálogo entre saberes – o popular e o técnico, mas o monólogo, por conseguinte se defende a necessidade de valorização do saber popular e não subjugação deste conhecimento ao conhecimento técnico/científico. Essa afirmativa é corroborada por Kaplún ao colocar que:

Los hombres y los pueblos de hoy se niegan a seguir siendo receptores pasivos y ejecutores de órdenes. Sienten la necesidad y exigen el derecho de participar, de ser actores, protagonistas, en la construcción de la nueva sociedad auténticamente democrática. Así como reclaman justicia, igualdad, el derecho a la salud, el derecho a la educación, etc., reclaman también el derecho a la participación. Y, por lo tanto, a la comunicación (Kaplún, 1985, p. 67).

Mas, cabe criar espaços democráticos (pré-conferências e conferência), nos quais o papel do técnico é o de atuar como mediador entre os saberes (popular e técnico), realizando uma comunicação horizontal, a qual tem que ter como objetivo contribuir e esclarecer à população sobre questões técnicas da problemática em pauta, que no caso da cartilha foi a urbanização brasileira e as suas sequelas segregacionistas. Bem como, trabalhar as prerrogativas das leis na intervenção no território, pois se visa praticar uma “pedagogia urbana”, pelo envolvimento e diálogo entre os saberes, mirando à participação da população em um intercâmbio de conhecimentos.

Ao se defender que a “pedagogia urbana” “[...] corresponde à necessidade de criar uma dinâmica coletiva na cidade, pautada na tentativa de eliminar a imposição técnica vinculada ao poder governamental e construir um conhecimento comum da cidade para atingir um projeto coletivo” (Antonello, 2013, p.137). Dessa forma, considerou-se que a realização das pré-conferências corresponde aos princípios de uma “pedagogia urbana”, os quais podem contribuir para se repensar o papel do técnico no processo de elaboração das políticas públicas. Uma vez que se compactua com Nassif (2020) ao afirmar, em seu estudo sobre a linguagem no planejamento que foi possível “[...] perceber que a linguagem técnica, científica e acadêmica do campo também consiste em um significativo entrave para a produção democrática da cidade” (Nassif, 2020, p. 2).

A acepção de comunicação democrática comunica com a compreensão de Fals Borda (1981, 1999, 2015) e os princípio da metodologia IAP, dentre os quais o pesquisador tem que se colocar em pé de igualdade com a população dos mais diversos contextos sociais. Sendo que o diálogo não é verticalizado e hierarquizado,

mas sim horizontal, por conseguinte nos espaços democráticos todos assumem o status de sujeitos. Salienta-se um princípio fundamental da IAP no que se refere à comunicação, para o autor a utilização desta metodologia se centraliza:

- No diferencial de comunicação: é preciso respeitar o desenvolvimento político e educativo da comunidade com a qual se está trabalhando, atitudes simples como a confecção de materiais ilustrados com linguagem informal faz grande diferença, por exemplo uma cartilha. Torna-se importante se pautar na realidade do território e valorizar as experiências da população (Fals Borda, 1981);
- Na simplicidade da comunicação: cabe adequar a linguagem à categoria de público que se almeja passar uma mensagem, o autor recomenda que em todos os passos do processo a linguagem seja simples e acessível para que todos compreendam (Fals Borda, 1981).

A essência destes critérios de linguagem: diferencial de comunicação e simplicidade da comunicação tem relação intrínseca nas práticas freirianas de educação popular, como pontua Fals Borda (1999, p. 78) “[...] del educador Paulo Freire tomamos el atrevido modelo de ‘la concientización dialógica’”, portanto, as reflexões de Paulo Freire e Fals Borda se entrecruzam em diversos momentos, uma vez que os dois autores eram integrantes da luta pela educação popular latino-americana crítica, na defesa de comprometimento político com os grupos oprimidos, com intuito de uma práxis territorial mediante um projeto coletivo de sociedade, almejando a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

É um caminho pavimentado de obstáculo, ao imperar o poder da “comunicação dominadora”, mas é possível de acreditar como fica explícito nas palavras de Fals Borda (1999, p. 81) ao relatar a sua prática via investigação participativa “[...] pero todo avance logrado en mejorar las condiciones locales y estimular el poder y la dignidad del pueblo, así como la autoconfianza de las gentes de base, resultó siempre en una maravilla, en una experiencia que nos llenaba de satisfacción [...]”. É com esse sentimento que a equipe desenvolveu a cartilha e a utilizou junto à população embasada nos pressupostos de uma comunicação popular e seu potencial para o envolvimento da população em prol de uma práxis territorial

visando à transformação do território mediante um projeto coletivo. No próximo tópico apresentar-se-á o processo de desenvolvimento da referida cartilha.

3. DAS IDEIAS AO PAPEL: EXPERIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DA ELABORAÇÃO COLETIVA DE UMA CARTILHA EDUCATIVA

A ideia de elaboração da cartilha “LONDRINA: um novo olhar para a habitação de interesse social” surgiu no contexto dos diálogos realizados no planejamento de algumas das atividades que integraram o curso “Participação Social e Autonomia: Uma Experiência na Elaboração da Política Habitacional de Londrina” bem como toda a preparação para a realização das pré-conferências Municipais de Habitação e a 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina, realizada no ano de 2023.

A partir das discussões de um grupo que envolvia docentes e discentes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi proposta a construção coletiva de uma cartilha educativa (Figura 2), com o objetivo de proporcionar um conhecimento técnico sobre a habitação de interesse social de forma acessível para a população, visando fomentar uma discussão assentada no diálogo entre os saberes (técnico e o popular). Tal preocupação se vincula com a questão de não simplesmente realizar as conferências municipais, para atender à exigência legal, presente no Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), presente no Capítulo IV – “Da Gestão democrática da Cidade”, mas preparar a população para uma autêntica participação. Pois, como demonstra Libório (2023) ao identificar que as autoridades públicas tem “[...] relegando a um plano inferior detalhes diferenciadores que possibilitariam o aprofundamento e aperfeiçoamento na percepção da vontade popular pelo Poder Público” (Libório, 2023, p. 291).

De acordo com Giordani (2024) a cartilha se apresenta como uma publicação de caráter informativo ou pedagógico, que deve possuir uma linguagem

clara, de fácil entendimento ao leitor, e ser objetiva em seu conteúdo e sua forma, ao ser um meio de acesso rápido à informação ou a uma temática.

As informações presentes nela devem estar atualizadas e fundamentadas em conhecimentos científicos, ao mesmo tempo, em que seu conteúdo é exposto de forma mais leve, lúdica, cativante e acessível ao público. Para tal, pode-se incluir linguagem verbal (textos) e não verbal, com a utilização de imagens, figuras, ilustrações, gráficos, entre outros (Giordani, 2024).

Figura 2 - Etapas de elaboração da cartilha



Fonte: Autores(as) (2024). Elaboração: Silva (2024).

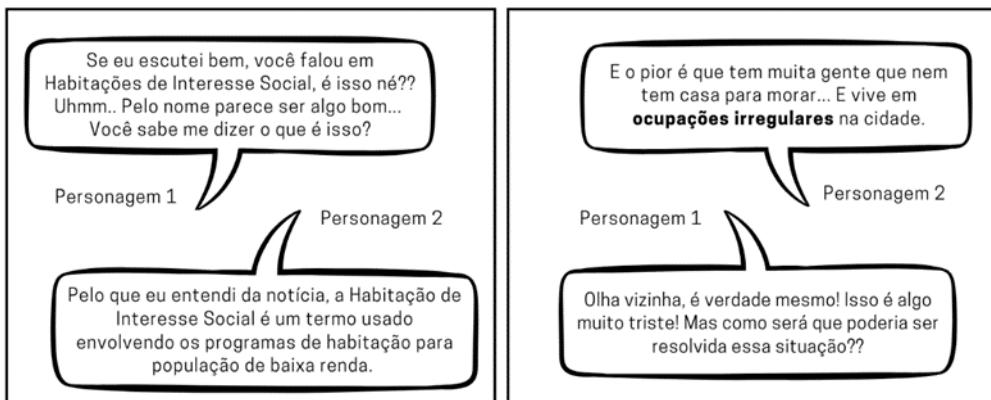
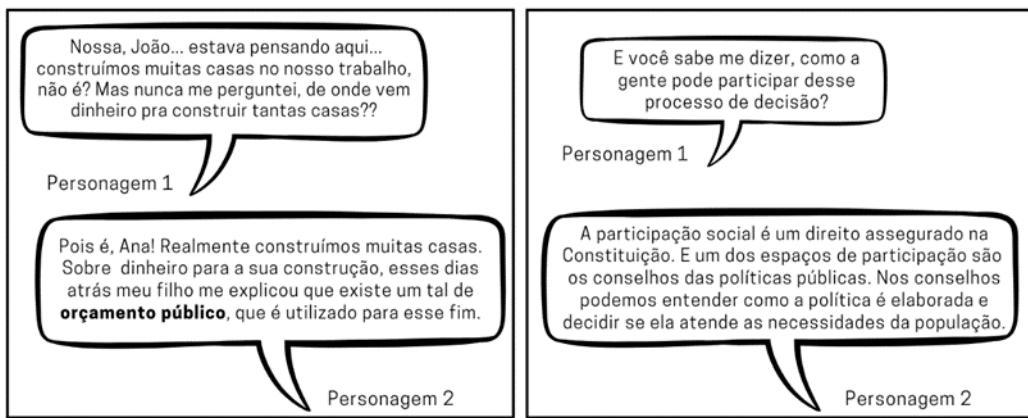
Assim, “A cartilha evidencia-se dentre as produções escritas mais dinâmicas, dada sua capacidade de adequação às diversas finalidades, sejam estas de caráter educativo, informativo, procedural ou técnico” (Bento, 2024, p. 83). Considerando estas questões, apresentamos a partir da figura 2, as etapas e processos envolvidos na construção da cartilha “LONDRINA: um novo olhar para a habitação de interesse social” e seu potencial visando uma comunicação acessível envolvendo universidade e comunidade.

A construção da cartilha, conforme ilustrado pela figura 2, envolveu uma série de etapas e momentos. Após a definição do objetivo, realizaram-se reuniões entre os membros do grupo de pesquisadores para registrar ideias e sugestões para a elaboração do material (figura 2 – foto A). O título e o tema geral foram definidos para abordar as questões e discussões referente à habitação de interesse social no contexto do município e da cidade de Londrina.

Decidiu-se estruturar a cartilha em três subtemas para orientar as discussões e histórias envolvendo personagens, situações e diálogos do cotidiano da comunidade. Para cada subtema, dois pesquisadores ficaram encarregados de criar uma história com enredo e narrativa simples, didática e acessível, que abordasse o conteúdo de forma clara e direta.

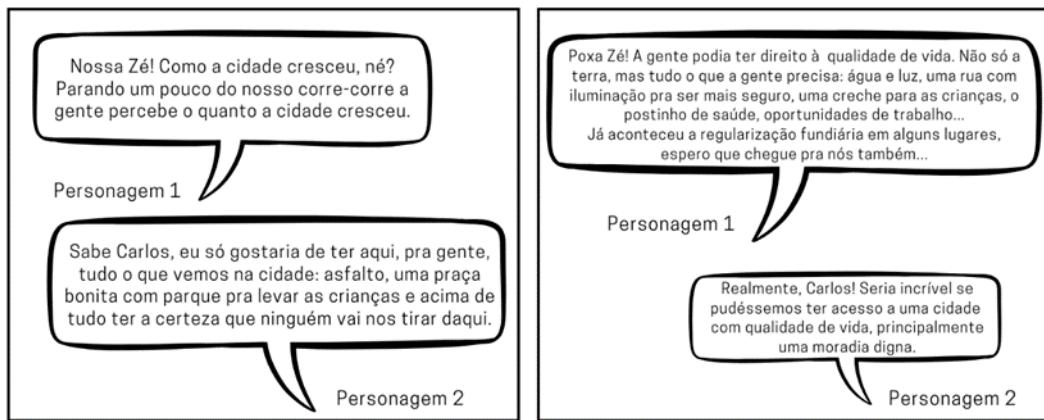
O subtema 1: “Políticas Públicas, Metropolização e Projetos Habitacionais de Interesse Social” (figura 2 – foto B) foi abordado a partir da história “Conversas no Muro”; (figura 2 – foto C), que apresenta duas vizinhas discutindo uma notícia transmitida pelo rádio sobre a possibilidade de construção de habitações de interesse social em Londrina (figura 3).

O subtema 2: “Linhos de Financiamento e Programas Habitacionais de Interesse Social” (figura 2 – foto D) discutido na história “Conversas na Construção”; (figura 2 – foto E) conta com o diálogo entre um trabalhador e uma trabalhadora da construção civil, que se indagam sobre as origens dos recursos financeiros para as moradias populares e a aplicação do orçamento público (figura 4).

Figura 3 – Trechos de diálogos da história “Conversas no Muro”**Elaboração:** Silva (2024).**Figura 4 – Trechos de diálogos da história “Conversas na Construção”****Elaboração:** Silva (2024).

O subtema 3: “Urbanização, Regularização Fundiária e Áreas Públicas para Habitação” (figura 2 – foto F) trabalhado a partir da história “Conversas na Ocupação”; (figura 2 – foto G), apresenta dois moradores de uma área de ocupação urbana (favela) que conversam sobre os desafios para o acesso à moradia digna, a destinação de áreas públicas para políticas de habitação popular e as potencialidades de uma política de regularização fundiária (figura 5).

Figura 5 - Trechos de diálogos da história “Conversas na Ocupação”



Elaboração: Silva (2024).

Conforme as histórias eram desenvolvidas e escritas a partir da interação do grupo, elas foram ilustradas, diagramadas e inseridas no arquivo utilizando o software Canva, resultando no material final – a cartilha (figura 2 – foto H). Esse modelo contém 40 páginas e inclui boxes explicativos para esclarecer conceitos e termos técnicos, facilitando o entendimento pelos leitores. Afinal, “Para que a cartilha cumpra sua finalidade de circulação social, é necessário que se estabeleça um diálogo profícuo com seus leitores” (Giordani, 2024, p. 6).

Além disso, a cartilha inclui um índice que organiza e orienta o leitor sobre as seções do material, bem como uma ficha catalográfica que foi solicitada para seu registro formal. O registro permitiu que a cartilha fosse disponibilizada em formato PDF para circulação virtual, ampliando seu alcance e potencializando que essa sirva de inspiração para proposta semelhantes adaptadas a outros contextos e situações.

A apresentação da cartilha por meio de recurso audiovisual trouxe informações ao público sobre o direito à moradia, regido pelo Constituição Nacional que estabelece a responsabilidade da provisão de moradias aos governos federal, estaduais, municipais. Destacou-se a Emenda Constitucional no 26/2000 que inclui a moradia entre os direitos sociais e reforça o papel fundamental da União na provisão dessas para as famílias de baixa renda, enraizado pelo processo de

participação social, e participação da população de baixa renda que norteia a construção e transformação de políticas de habitação vigentes. Suscitou-se, também, a discussão do crescimento das ocupações irregulares demonstrando claramente que a produção informal de moradias precárias tem sido a forma hegemônica de “solução” adotada pela própria população nas faixas de baixa renda e revela o baixo alcance das políticas públicas que não foram implementadas no município ao longo de décadas em que o déficit vem se avolumando.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988, trouxe um novo formato institucional que favorece à implementação de uma gestão descentralizada e participativa, estabelecendo que, as políticas sociais sejam desenvolvidas de modo democrático, em que a sociedade, participe dos espaços de deliberações das diretrizes das políticas.

As pré-conferências, e a 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina, foram palco de discussões e dos anseios do público representado pelos moradores das ocupações irregulares, que resultou em número expressivo de participação, qualidade e abrangência de propostas nunca vistos em eventos anteriores. O material elaborado, subsidiou à realização e participação efetiva, possibilitou aos docentes e discentes um movimento e exercício do cotidiano desses moradores, buscando a perspectiva destacada pelas ciências sociais de descolonizar o pensamento e a elaboração dos conhecimentos.

Destaca-se o êxito obtido pela cartilha e o alcance de seu objetivo, que foi amplamente utilizada como material didático e pedagógico, facilitando o diálogo entre os pesquisadores da Universidade, técnicos, servidores municipais e principalmente os moradores do Núcleos Informais Urbanos que foram os protagonistas da 6ª Conferência Municipal de Habitação.

O primeiro momento das pré-conferências, foi a partir da leitura da cartilha, utilizada como disparadora das reflexões, o que facilitou muito a compreensão e gerou discussão entre os participantes. Reforça-se a importância e o diferencial da comunicação, com atitudes simples como a confecção de materiais ilustrados com linguagem informal o que podem trazer grande diferença e contribuição para as discussões e a geração de propostas.

A participação se constitui em um instrumento de controle do Estado pela sociedade e desta forma se apresenta como potencialidade dos cidadãos serem autores dos critérios e parâmetros relacionados às decisões no âmbito das políticas públicas. Nessa perspectiva, cidadãos podem ser responsáveis pela conquista de novos direitos e de promover a diminuição das desigualdades e iniquidades tão presentes na sociedade brasileira.

Entende-se que esse material contribuiu para democratizar os espaços de discussões, na medida em que ampliaram a base da participação e propostas apresentadas pelos moradores das ocupações irregulares de Londrina nas pré-conferências e aprovadas essas propostas na 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina.

REFERÊNCIAS

- ANTONELLO, I.T. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 239-254, 2013.
- AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública** (UNICAMP), v. 14, p. 43-64, 2008.
- BARBOSA, L. G. C. C. A tutela do Direito à moradia como forma de promover a dignidade da pessoa humana em face do Direito ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Ambiental**, São Paulo: Editora Fiuza, volume 32, 2012.
- BENTO, V. R. da S. A produção de cartilhas como ferramenta para o ensino de geografia. **Revista Ensino de Geografia** (Recife), [S. I.], v. 6, n. 3, p. 81–94, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-7939.v6n3.2024.0001>

10.51359/2594-9616.2023.259517. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/259517>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [Constituição (1988)]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 30 nov. 2024.

DIEGUES, G. C. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social** - v.4, n.6, p. 82-93 maio/out., 2013.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.V; GLANOTTEN, V; WIT, T. **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul Editores, p. 19-47, 1981.

FALS, BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. **Análisis Político**, Universidad Nacional de Colombia, 1999. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/79283/70535>. Acesso em: 30 de novembro de 2023.

FALS, BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina.** Antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: Clacso, 2015.

GIORDANI, A. T. **Normas editoriais da Editora UENP:** orientações aos autores: manuais e cartilhas. Valdirene Barboza de Araújo Batista (Ass.prod.) Jacarezinho: Editora UENP, 7 f., il. 2024.

KAPLÚN, M. **El comunicador popular.** Quito: CIESPAL, 1985.

LONDRINA (livro eletrônico): um novo olhar para habitação de interesse social. – **Cartilha 1. ed.**- Londrina, PR. Ed. dos autores. Vários colaboradores. 2023.

LIBÓRIO, D. C. Audiência pública na gestão democrática da política urbana. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU**, ano 9 – n. 17, julho/dezembro, p. 287-306, 2023.

NASSIF, T. Planejamento urbano participativo: o desafio da linguagem técnica. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190188>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Eco-Pós**, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p. 46-61, 2009.

SOUZA, C. H. L. A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010. **Texto para Discussão 1718**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.